



DOMINGO DE MANHÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL BICACO/RS CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2023

FISCAL DE CONTRATOS

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.

1. Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.
2. Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de ponta grossa, de material transparente, com tinta preferencialmente preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.
3. Certifique-se de que este caderno:
 - contém 40 (quarenta) questões;
 - refere-se ao cargo para o qual realizou a inscrição.
4. Cada questão oferece 5 (cinco) alternativas de respostas, representadas pelas letras A, B, C, D e E, sendo apenas 1 (uma) a resposta correta.
5. Será respeitado o tempo para realização da prova conforme previsto em edital, incluindo o preenchimento da grade de respostas.
6. Os três últimos candidatos deverão retirar-se da sala de prova ao mesmo tempo, devendo assinar a Ata de Prova.
7. A responsabilidade referente à interpretação dos conteúdos das questões é exclusiva do candidato.
8. No caderno de prova, você poderá rabiscar, riscar e calcular.
9. Os gabaritos preliminares da prova objetiva serão divulgados na data descrita no Cronograma de Execução desse certame.



V1_15/01/2024 14:03:53



STF reconhece omissão do Congresso para regulamentar licença-paternidade*Por Lucas Mendes*

01 O Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que o Congresso Nacional foi omissor ao não
02 regulamentar ___ lei sobre o direito da licença-paternidade. Os ministros decidiram fixar um
03 prazo de 18 meses para que o Legislativo aprove uma norma sobre o benefício. Se depois desse
04 tempo não houver regulamentação, caberá ao Supremo tratar do tema.

05 O STF entende que existe omissão inconstitucional relativa ___ edição da lei
06 regulamentadora da licença-paternidade prevista no artigo 7º, inciso 19, da CF/88. A proposta
07 foi apresentada pelo presidente do Supremo ▲ ministro Luís Roberto Barroso. Na ocasião, só o
08 ministro Edson Fachin havia votado, concordando com a proposta. Depois, os demais
09 magistrados aderiram ao voto. Atualmente, a licença-paternidade dura cinco dias; já a licença-
10 maternidade, 120 dias. Os períodos podem aumentar se a empresa que empregar os pais aderir
11 ao Programa Empresa Cidadã ● nesse caso, a licença-maternidade passa a ser de 180 dias e a
12 licença-paternidade de 20 dias.

13 Conforme Barroso, a proposta “estabelece um diálogo institucional” com o Congresso, ao
14 reconhecer a omissão no caso e devolver o tema para deliberação de deputados e senadores no
15 prazo de um ano e meio. Para o ministro, o período garantido aos pais para ficar fora do trabalho
16 depois do nascimento do filho é insuficiente, além de contribuir para a sobrecarga de trabalho
17 das mães e trazer prejuízos para as crianças: “o prazo de cinco dias não reflete a evolução dos
18 papéis desempenhados por homens e mulheres na família e na sociedade”, complementa.

19 O ministro ainda salienta que “A radical diferença produz impactos negativos e
20 desproporcionais sobre igualdade de gênero e sobre direitos das crianças, o que impacta na
21 manutenção das mulheres no mercado de trabalho em oposição aos homens. Isso contribui para
22 a sobrecarga imposta ___ mulheres”, afirmou. A regra atual protege, de forma insuficiente ◆ os
23 direitos dos homens e os exime dos deveres da paternidade. Para Barroso, hoje se entende que
24 o pai é corresponsável pela criação dos seus filhos: “A omissão da licença-paternidade também
25 traz prejuízos aos direitos da criança, visto que a presença da figura paterna na primeira infância
26 contribui para um melhor desenvolvimento do sujeito”.

27 A ação foi proposta em 2012 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde
28 (CNTS). A entidade pede que seja reconhecida a omissão legislativa para regulamentar o direito
29 da licença-paternidade, conforme a Constituição, que estabeleceu como direitos dos
30 trabalhadores urbanos e rurais a “licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com
31 a duração de 120” e a “licença-paternidade, nos termos fixados em lei”.

(Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/stf-reconhece-omissao-do-congresso-para-regulamentar-licenca-paternidade> – texto adaptado especialmente para esta prova).

QUESTÃO 01 – De acordo com o texto, é correto afirmar que:

- A) A licença-paternidade é prevista na Constituição Federal, mas a regulamentação deste direito deve ser revista.
- B) O ministro Luís Roberto Barroso foi o único magistrado a concordar com a regulamentação da lei que prevê a licença-paternidade.
- C) Atualmente, a licença-paternidade é dada exclusivamente a empregados de empresas adeptas ao Empresa Cidadã.
- D) A licença-maternidade estende-se às gestantes e aos seus companheiros, totalizando 180 dias.
- E) O direito às licenças mencionadas no texto impede que homens e mulheres retornem ao mercado de trabalho.

QUESTÃO 02 – Sobre o texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Em “Para o ministro, o período garantido aos pais para ficar fora do trabalho depois do nascimento do filho é insuficiente, além de contribuir para a sobrecarga de trabalho das mães e trazer prejuízos para as crianças: ...” (l. 15 a 17), existe um argumento formado pelo ministro Barroso quando este menciona a desigualdade de gênero na regulamentação da licença-paternidade em comparação à licença-maternidade.
- II. A palavra “corresponsável” (l. 24) é usada para esclarecer que os homens, tanto quanto as mulheres, são responsáveis pela criação dos filhos.
- III. Pode-se dizer que o propósito comunicativo do texto é informativo e persuasivo, pois informa sobre a intencionalidade do STF em relação à regulamentação da licença-paternidade e busca convencer o leitor de que a revisão desta lei é necessária para homens, mulheres e seus respectivos filhos.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 03 – Os símbolos nas linhas 07, 11 e 22 podem ser substituídos, respectivamente, por quais sinais de pontuação?

- A) Hífen – ponto e vírgula – vírgula.
- B) Ponto e vírgula – travessão – vírgula.
- C) Dois-pontos – vírgula – ponto-final.
- D) Vírgula – dois-pontos – vírgula.
- E) Travessão – hífen – dois-pontos.

QUESTÃO 04 – Acerca do texto, analise as assertivas a seguir:

- I. Dado o contexto em que se apresenta, a palavra “exime” (l. 23) pode ser substituída, sem prejuízo de sentido do texto, por “obriga”.
- II. A alusão ao Art. 7º, inciso 19, da CF de 1988, pode ser entendida como intertextualidade.
- III. No fragmento “Os períodos podem aumentar se a empresa que empregar os pais aderir ao Programa Empresa Cidadã...” (l. 10-11), o nexso sublinhado inicia uma oração de sentido contrário ao que foi abordado anteriormente.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 05 – Em relação à regência verbal e ao acento indicativo de crase, assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas tracejadas nas linhas 02, 05 e 22 do texto.

- A) a – a – as
- B) à – à – às
- C) a – à – às
- D) a – à – as
- E) à – à – as

QUESTÃO 06 – Conforme o exposto no texto, analise as assertivas a seguir:

- I. No fragmento "Atualmente, a licença-paternidade dura cinco dias; ..." (l. 09), a palavra sublinhada, nesse contexto, é compreendida como um adjetivo.
- II. Ao colocar o fragmento "A ação foi proposta em 2012 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS)" (l. 27-28) na voz ativa, teremos: "A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS) propôs a ação em 2012."
- III. Em "o prazo de cinco dias não reflete a evolução dos papéis desempenhados por homens e mulheres na família e na sociedade" (l. 17-18), flexionando a palavra sublinhada no plural, ter-se-ão outras duas alterações relacionadas à concordância nominal e verbal.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 07 – Em "O ministro ainda salienta que 'A radical diferença produz impactos negativos e desproporcionais sobre igualdade de gênero e sobre direitos das crianças, o que impacta na manutenção das mulheres no mercado de trabalho em oposição aos homens'" (l. 19-21), a conjunção sublinhada estabelece relação de:

- A) Subordinação, sendo classificada como conjunção subordinativa integrante.
- B) Coordenação, sendo classificada como conjunção coordenativa aditiva.
- C) Subordinação, sendo classificada como conjunção subordinativa final.
- D) Coordenação, sendo classificada como conjunção coordenativa alternativa.
- E) Subordinação, sendo classificada como conjunção subordinativa concessiva.

QUESTÃO 08 – Em relação à acentuação gráfica das palavras, analise as assertivas a seguir:

- I. As palavras "órfã" e "álbuns" são acentuadas conforme a regra das paroxítonas.
- II. "Constrói" e "guaraná" são palavras acentuadas de acordo com a regra das oxítonas.
- III. As palavras "raízes" e "espontâneo" são acentuadas pelo mesmo motivo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 09 – Assinale a alternativa que apresenta a palavra grafada corretamente.

- A) Video-game.
- B) Excesso.
- C) Otorinolaringologista.
- D) Alssapão.
- E) Stresse.

QUESTÃO 10 – Assinale a alternativa na qual ambas as palavras têm a mesma quantidade de fonemas.

- A) Pessegueiro – joalheiro.
- B) Espetáculo – espátula.
- C) Camponês – freguês.
- D) Livraria – frações.
- E) Dorminhoco – portuguesa.

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 11 – De acordo com o site da Prefeitura Municipal, qual era o verdadeiro nome do Coronel Bicaco, que foi o iniciador do município?

- A) Ramão Luciano de Souza.
- B) Roberto Aragão.
- C) Germano Lütz.
- D) Manoel Gonzalez Diniz.
- E) Renato Diniz.

QUESTÃO 12 – De acordo com o site da Prefeitura Municipal, qual é o nome da capelinha erguida no povoado que se tornou o município de Coronel Bicaco?

- A) São Benedito.
- B) São Francisco.
- C) São Caetano.
- D) São Sebastião.
- E) São Lourenço.

QUESTÃO 13 – Conhecemos Oiapoque, no Amapá, pelos ditos populares, como o ponto mais ao norte do Brasil. Contudo, essa afirmação não está correta. O ponto mais ao norte do Brasil está localizado em Roraima. Qual é o verdadeiro ponto mais ao norte do Brasil?

- A) Monte Caburaí.
- B) Chuí.
- C) Amazonas.
- D) Ponta do Seixas.
- E) Serra da Contamana.

QUESTÃO 14 – De acordo com o *Guinness Book*, o Livro dos Recordes, qual é o livro mais vendido no mundo?

- A) "Dom Casmurro".
- B) "O Pequeno Príncipe".
- C) "A Culpa é das Estrelas".
- D) "A Bíblia".
- E) "A Cabana".

QUESTÃO 15 – O Corpo de Bombeiros do Rio Grande do Sul, em parceria com a FADERGS, iniciou um projeto no dia 13 de janeiro de 2023 que permite que pessoas com deficiência (PcDs), mobilidade reduzida e idosos com dificuldade de locomoção tenham oportunidade de banho assistido no litoral gaúcho. Qual é o nome desse projeto?

- A) Praia Acessível.
- B) Praia Legal.
- C) Beira Mar.
- D) De Frente para o Mar.
- E) Boia Acessível.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 16 – Com base na Lei Orgânica do Município de Coronel Bicaco/RS, referente à responsabilidade e às infrações político-administrativas do prefeito, admitida a acusação pelo voto de dois terços dos vereadores, ele será submetido a julgamento perante o:

- A) Tribunal de Justiça Estadual.
- B) Tribunal de Justiça Federal.
- C) Supremo Tribunal Federal.
- D) Superior Tribunal de Justiça.
- E) Conselho Nacional de Justiça.

QUESTÃO 17 – Com base no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Coronel Bicaco, analise as assertivas a seguir, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () Um ano antes de findo o período de estágio probatório, a avaliação do desempenho do servidor, realizada de acordo com o que dispuser a lei ou regulamento, será submetida à homologação da autoridade competente.
- () Verificado, em qualquer fase do estágio, resultado insatisfatório por três avaliações consecutivas, será processada a exoneração do servidor.
- () Sempre que se concluir pela exoneração do estagiário, ser-lhe-á assegurada vista do processo, pelo prazo de 45 dias úteis, para apresentar defesa e indicar as provas que pretenda produzir.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – F – F.
- B) V – F – V.
- C) F – F – V.
- D) V – V – V.
- E) F – V – F.

QUESTÃO 18 – Com base no Estatuto Estadual de Igualdade Racial do Rio Grande do Sul (Lei nº 13.694/2011), analise as assertivas abaixo:

- I. O Estatuto Estadual da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa orientará as políticas públicas, os programas e as ações implementadas no Estado, visando a medidas reparatórias e compensatórias para os negros pelas sequelas e consequências advindas do período da escravidão e das práticas institucionais e sociais que contribuíram para aprofundar as desigualdades raciais presentes na sociedade.
- II. A participação dos negros em igualdade de condições na vida social, econômica e cultural do Estado do Rio Grande do Sul será promovida através de medidas que assegurem o reconhecimento e a valorização da composição pluriétnica da sociedade sul-rio-grandense, resgatando a contribuição dos negros na história, na cultura, na política e na economia do Rio Grande do Sul.
- III. A participação dos negros em igualdade de condições na vida social, econômica e cultural do Estado do Rio Grande do Sul não faz parte das medidas para enfrentamento das igualdades raciais.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas II.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 19 – Com base no Estatuto Nacional da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010), assinale a alternativa correta.

- A) O Estatuto Nacional da Igualdade Racial, voltado a garantir ou possibilitar a fruição de bens, serviços e oportunidades, abrange, indistintamente, todas as raças e cores.
- B) As medidas orientadas pelo Estatuto Nacional da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa visam reparar as consequências advindas do período da escravidão, mas não se estendem à reparação dos prejuízos posteriores sofridos pela população negra.
- C) A população brasileira tem direito a participar de atividades educacionais, culturais, esportivas e de lazer adequadas a seus interesses e condições, de modo a contribuir para o patrimônio cultural de sua comunidade e da sociedade brasileira, conforme preceitua o Art. 9º do Estatuto da Igualdade Racial.
- D) É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais, conforme preceitua o Art. 2º do Estatuto da Igualdade Racial.
- E) Considera-se desigualdade racial a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

QUESTÃO 20 – Com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), assinale a alternativa correta.

- A) É possível a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária.
- B) Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.
- C) É direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar o atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado por servidores – exclusivamente do sexo feminino – previamente capacitados.
- D) A mulher em situação de violência doméstica e familiar tem prioridade para matricular seus dependentes em instituição de Educação Básica mais próxima de seu domicílio ou transferi-los para essa instituição, independentemente da apresentação de qualquer documento ou formalidade extra.
- E) A política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher far-se-á por meio de um conjunto articulado de ações da União e dos Estados, excluídos os Municípios.

QUESTÃO 21 – Com base na Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, quando for necessário o afastamento do local de trabalho, por até seis meses.
- () Mesmo quando verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar ou de seus dependentes, não há necessidade de afastamento do agressor do lar de forma imediata.
- () A conceituação de violência contra a mulher no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto depende da demonstração de coabitação.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- A) V – V – F.
- B) V – F – F.
- C) F – F – V.
- D) V – V – V.
- E) F – F – F.

QUESTÃO 22 – Com base na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assinale a alternativa correta.

- A) O mero exercício da função pública, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- B) O ato de improbidade pode decorrer de conduta culposa.
- C) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado respondem pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica, independentemente de terem sido beneficiados pelo ato.
- D) A condenação pela prática de atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública pode ensejar a suspensão dos direitos políticos do responsável, nos termos do Art. 12, inciso III.
- E) Apenas as pessoas físicas podem ser responsabilizadas por ato de improbidade administrativa.

QUESTÃO 23 – Com base na Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, analise as assertivas abaixo:

- I. Deverá ser publicado no Diário Oficial do Estado as conclusões de todas as sindicâncias e auditorias instaladas em órgãos da administração direta e indireta.
- II. Os servidores públicos e empregados da administração direta e indireta, quando assumirem cargo eletivo público, poderão ser demitidos.
- III. O sindicato não pode descontar em folha de pagamento as mensalidades de seus associados.
- IV. Ao Estado e às entidades de sua administração indireta é vedado qualquer ato de discriminação sindical em relação a seus servidores e empregados, bem como influência nas respectivas organizações.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e IV.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 24 – Com base na Constituição Federal, analise as assertivas abaixo e assinale V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

- () É plena a liberdade de associação para fins lícitos, até mesmo as de caráter paramilitar.
- () Ninguém será compelido a associar-se ou a permanecer associado.
- () A propriedade atenderá a sua função social.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

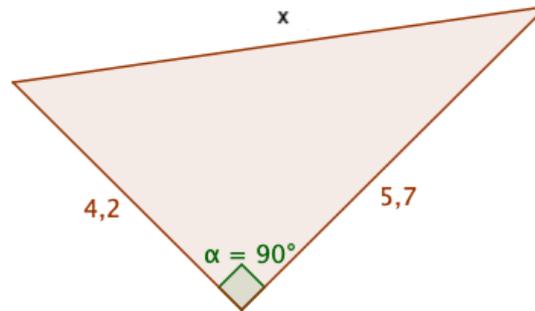
- A) V – V – F.
- B) V – F – F.
- C) F – F – V.
- D) F – V – V.
- E) F – V – F.

QUESTÃO 25 – Conforme o Art. 17 da Constituição Federal, é livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo, os direitos fundamentais da pessoa humana e observados os seguintes preceitos, EXCETO:

- A) Caráter Nacional.
- B) Proibição de recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.
- C) Proibição de subordinação de entidade ou governo estrangeiros.
- D) Funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- E) Prestação de contas à Justiça Federal.

MATEMÁTICA/RACIOCÍNIO LÓGICO

QUESTÃO 26 – A medida do lado x no triângulo retângulo indicado na imagem abaixo está apresentada no intervalo:



- A) $5 < x < 6$.
- B) $6 < x < 7$.
- C) $7 < x < 8$.
- D) $8 < x < 9$.
- E) $9 < x < 10$.

QUESTÃO 27 – A chefe de Luana indicou que em 2024 ela poderia ter um aumento de salário de 11%. Com esse possível aumento, o salário de Luana passaria a ser de R\$ 7.066,26. Entretanto, o aumento concedido foi de apenas 8%. Com o aumento de 8%, o salário de Luana passou a ser:

- A) R\$ 6.792,09.
- B) R\$ 6.814,62.
- C) R\$ 6.854,27.
- D) R\$ 6.857,28.
- E) R\$ 6.875,28.

QUESTÃO 28 – O lucro de produção e venda de uma determinada empresa é dado pela função $L(x) = -x^2 + 42x - 160$, em que $L(x)$ é o lucro obtido, em milhares de reais, após a produção e a venda de x unidades do item produzido. Isso posto, a quantidade de itens que a empresa deve produzir e vender para obter lucro máximo e o respectivo lucro máximo obtido são:

- A) 20 itens – R\$ 280.000,00.
- B) 21 itens – R\$ 281.000,00.
- C) 22 itens – R\$ 282.000,00.
- D) 281 itens – R\$ 21.000,00.
- E) 282 itens – R\$ 22.000,00.

QUESTÃO 29 – Sabendo que a proposição composta “Se Jorge é contador, então ele é tesoureiro” é uma sentença logicamente falsa, então é possível afirmar que é verdade que:

- A) Jorge não é contador e não é tesoureiro.
- B) Jorge não é contador ou é tesoureiro.
- C) Jorge é tesoureiro se, e somente se, é contador.
- D) Jorge é tesoureiro.
- E) Jorge é contador.

QUESTÃO 30 – Considere como conjunto universo da variável x o conjunto dos números naturais $\mathbb{N} = \{0,1,2,3,4,5, \dots\}$. Sobre esse conjunto e seus elementos, analise as assertivas abaixo:

- I. $\exists x \in \mathbb{N}$, tal que $x + 3 = 2$.
- II. $\forall x \in \mathbb{N}$, $2x + 1$ é ímpar.
- III. $\exists x \in \mathbb{N}$, tal que $x^2 - x - 56 = 0$.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e II.
- B) Apenas I e III.
- C) Apenas II e III.
- D) I, II e III.
- E) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31 – Com base nas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, analise as seguintes assertivas, relacionadas às licitações:

- I. Para a contratação de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, no valor estimado para contratação de R\$ 3.500.000,00, a administração deverá optar em efetuar a licitação através da modalidade de pregão, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço, sob o regime de empreitada integral.
- II. É dispensável a licitação para compras e serviços não enquadrados como obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores até o limite de R\$ 100.000,00, casos em que a administração poderá optar pela contratação direta.
- III. É inexigível a licitação para contratação de profissional do setor artístico, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, casos em que a administração poderá optar pela contratação direta com o artista ou por meio de empresário exclusivo.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I.
- B) Apenas III.
- C) Apenas I e II.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 32 – A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá a determinadas normas. Segundo as disposições do Art. 76 da referida Lei, tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade _____, dispensada a realização de licitação nos casos definidos no referido artigo.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) pregão
- B) credenciamento
- C) tomada de preços
- D) leilão
- E) concurso

QUESTÃO 33 – A Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima _____, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima.

- A) bienal
- B) trienal
- C) quadrienal
- D) quinquenal
- E) decenal

QUESTÃO 34 – Segundo as definições do Art. 6º da Lei Federal nº 14.133/2021, a pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação é o:

- A) Fiscal de licitação.
- B) Agente de licitação.
- C) Gestor de licitação.
- D) Agente de contratação.
- E) Agente de fiscalização.

QUESTÃO 35 – Pelas infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, serão aplicadas ao responsável (licitante ou contratado) as seguintes sanções, observadas as regras estabelecidas na referida Lei:

- I. Advertência.
- II. Multa.
- III. Impedimento de licitar e contratar.
- IV. Declaração de finalidade para licitar ou contratar.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e III.
- B) Apenas II e IV.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 36 – O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP, 2021) define que entre as etapas da despesa orçamentária está a execução, que se dá em três estágios, na forma prevista na Lei Federal nº 4.320/1964. De acordo com as disposições do Art. 63 da referida Lei, o estágio da liquidação da despesa:

- A) Consiste na compatibilização do fluxo dos pagamentos com o fluxo dos recebimentos, visando ao ajuste da despesa fixada às novas projeções de resultados e da arrecadação.
- B) Consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- C) Compreende um conjunto de procedimentos administrativos que objetivam adquirir materiais, contratar obras e serviços, alienar ou ceder bens a terceiros, bem como fazer concessões de serviços públicos com as melhores condições para o Estado.
- D) É o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição e que consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico.
- E) Consiste na entrega de numerário ao credor por meio de cheque nominativo, ordens de pagamentos ou crédito em conta, e só pode ser efetuado após regular o pagamento da despesa.

QUESTÃO 37 – O MCASP (2021) define que o Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Segundo o Manual, de modo a atender às determinações legais e às normas contábeis vigentes, atualmente o Balanço Patrimonial é composto por:

- I. Quadro Principal.
- II. Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes.
- III. Quadro das Contas de Compensação (controle).
- IV. Quadro do Superávit/Déficit Financeiro.

Quais estão corretas?

- A) Apenas I e IV.
- B) Apenas II e III.
- C) Apenas I, II e III.
- D) Apenas II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 38 – A Lei Complementar nº 101/2000, chamada de Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelece que a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida para os municípios. Segundo as disposições do §1º do Art. 19 da referida Lei, na verificação do atendimento dos limites definidos, NÃO serão computadas, entre outras, as despesas relativas:

- I. Aos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade.
- II. A incentivos à demissão voluntária.
- III. Às contribuições mensais do patrocinador, assim compreendido o Poder Executivo, suas autarquias e fundações, e o Poder Legislativo, ao plano de benefícios do Regime de Previdência Complementar (RPC).

Quais estão corretas?

- A) Apenas II.
- B) Apenas I e II.
- C) Apenas I e III.
- D) Apenas II e III.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 39 – Com base no MCASP (2021), analise as seguintes afirmações, relativas aos créditos orçamentários adicionais:

1. Por crédito adicional entende-se as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.
2. Os créditos suplementares, de acordo com a definição do Art. 41 da Lei Federal nº 4.320/1964, são os destinados a reforço de dotação orçamentária.
3. Os créditos especiais, de acordo com a definição do Art. 41 da Lei Federal nº 4.320/1964, são os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.
4. Os créditos extraordinários, de acordo com a definição do Art. 41 da Lei Federal nº 4.320/1964, são os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.

O resultado da somatória dos números correspondentes às afirmações corretas é:

- A) 03.
- B) 07.
- C) 08.
- D) 09.
- E) 10.

QUESTÃO 40 – De acordo com o MCASP (2021), um dos princípios orçamentários que está previsto de forma expressa pelo caput do Art. 2º da Lei nº 4.320/1964 determina a existência de orçamento único para cada um dos entes federados – União, estados, Distrito Federal e municípios – com a finalidade de se evitarem múltiplos orçamentos paralelos dentro da mesma pessoa política. Qual é esse princípio orçamentário?

- A) Anualidade.
- B) Universalidade.
- C) Unidade.
- D) Exclusividade.
- E) Orçamento bruto.